



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 054

SEXTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 101^ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE JUNHO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÓNIO BRESOLIN — Iniciativa governamental, através de projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, dispondo sobre a reorganização de instituições previdenciárias.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Conferência proferida pelo psiquiatra Dr. José Leme Lopes, referente ao sistema de hospitalização de doentes mentais.

DEPUTADO JERÓNIMO SANTANA — Omissão do Governo do Território de Rondônia nas denúncias de crimes cometidos naquele Território.

DEPUTADO NABOR JUNIOR — Posição de Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, de isenção e bom senso ao recusar, há dois anos, a aprovação do Sr. Adauto Brito para a Prefeitura de Rio Branco.

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — Apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, em favor dos cotonicultores, referente à comercialização do produto.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Registro da excelência do noticiário da coluna "Acontecimento", do Jornal de Brasília, subscrita pelo jornalista J. B. Serra e Gurgel.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Medida determinada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, de reinício das obras de terraplenagem e alargamento da Estrada RJ-121, no trecho Sacra Família no Município de Paulo de Frontin, até o Município de Miguel Pereira.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Emenda de autoria de S. Ex^o, oferecida ao Projeto de Lei nº 8/77-CN, que dispõe sobre declaração de utilidade pública de entidades e associações benéficas. O problema da posse de terras no País. Manifestações estudantis que vêm ocorrendo no País.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 3, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 50/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.545, de 15 de abril de 1977, que fixa o valor do soldo dos postos de Coronel PM da Polícia Militar e de Coronel BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 101^ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE JUNHO DE 1977

3^ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8^ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAURO BENEVIDES

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Braga Júnior — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Caval-

cante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Burboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

HELVÉCIO DE LIMA CAMARGO

Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçal — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingi Rosado — ARENA; Vanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemburg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leir Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theóculo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azevedo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egrelha — ARENA; Frederico Brândão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturilli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valentim — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kiffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedioto Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomés do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhó — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 341 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Justificando a Mensagem nº 66, de 1977, e a Mensagem nº 167/77, na origem, o Poder Executivo afirma:

Realmente, marcou a Revolução de 1964 o início de nova era para a Previdência Social, até então verdadeiro aglomerado de instituições cheias de problemas e incapazes de re-

solvê-los, em virtude de se mostrarem inadequadamente estruturadas, geridas sem objetivos definidos e cercadas por uma burocracia sufocante. Desacreditadas por sua inoperância, sem meios coercitivos eficazes que lhes garantissem uma receita regular e oneradas por entraves oriundos da interferência indevida da política partidária na execução de seus serviços, as instituições previdenciárias em geral davam demonstrações negativas à clientela de beneficiários, comprometendo cada vez mais seu conceito e sua solvabilidade."

E acrescenta:

"A reorganização iniciada a partir daí mudou radicalmente esse estado de coisas.

O excepcional e espantoso desenvolvimento da assistência médica."

Estas afirmações, infelizmente, confirmam as minhas assertivas de que o Presidente Geisel ignora muitas coisas que se passam no País. No caso, bastaria lembrar as filas e as dívidas do INPS, que só aos médicos e aos laboratórios do Rio Grande do Sul deve com atraso superior a três meses.

E no que se refere à extinção do FUNRURAL, o mal é maior ainda. Até aqui, embora muitas vezes mal atendidos, os agricultores tinham assistência. Com o desaparecimento do FUNRURAL ficarão privados até destes parcos benefícios. A iniciativa do Poder Executivo, no caso, representa rude golpe contra milhões de humildes patrícios. Se ainda se verificarem eleições, o Governo terá a resposta na oportunidade.

Homens do MDB e da ARENA, Imprensa, Câmaras de Vereadores e Sindicatos Rurais do meu Estado protestam contra a infeliz e danosa iniciativa que, inclusive, contribuirá para ativar ainda mais o êxodo rural. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Registro, na oportunidade, a conferência do renomado psiquiatra José Leme Lopes no Forum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O assunto abordado, Sr. Presidente, foi debatido demasiadamente das tribunas do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

No que diz respeito ao elevado número de doentes mentais neste País, chegando à casa de doze milhões, a estratégia adotada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através do INPS, além de dispendiosa — porque não resolve a problemática — tem concorrido para o descrédito do sistema de hospitalização de doentes mentais, através do INPS, em convênios com Casas de saúde.

Fico satisfeito, Sr. Presidente, em ver um cientista, um renomado psiquiatra comparecer a um fórum de debates de ciência de universidade e ratificar tudo aquilo que, embora não sejamos médicos, o amadurecimento, o contato, a vivência nos mostra, principalmente no interior deste País. Nós assistimos e vou, apenas, referir alguns trechos da sua conferência.

Para o Dr. José Leme Lopes, que durante 17 anos foi Diretor do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e hoje é Presidente da Academia Nacional de Medicina, "falta iniciativa renovadora por parte dos psiquiatras, que se acomodaram na situação de funcionários".

Disse ainda o ilustre psiquiatra patrício:

Sobre a política do INPS no campo da saúde mental, que consiste basicamente no arrendamento de leitos em sanatórios particulares, o conferencista disse que "ela só tem feito proliferar as casas de saúde particulares, às custas da clientela previdenciária". "Nesse esquema, explicou, a internação continua sendo o principal

método de tratamento do doente mental quando, pelo contrário, dever-se-ia pensar mais em sua reintegração à comunidade."

Sr. Presidente, especificando o caso dos toxicômanos, o especialista disse que a internação prolongada não resolve o problema, "que é social e muito maior do que, em geral, se pensa". Explicou que quando o doente sai do sanatório se envolve novamente com o que ele chamou de "império das drogas". Concluiu, alertando o jovem para o perigo de buscar, como alternativa, grupos pseudopsicológicos ou religiosos.

Respondendo a uma pergunta do professor Ulhôa Cintra, da Fundação Getúlio Vargas, sobre as vantagens e desvantagens do electrochoque, ele disse que, apesar de existir campanha contra o método, "ele é um dos melhores recursos de que dispõe a psiquiatria".

Sr. Presidente, o psiquiatra José Leme Lopes explicou que problemas mentais podem se originar do acúmulo de condições que influenciam o indivíduo na vida moderna, e deu os exemplos do barulho, do isolamento nas grandes cidades e da fila do feijão, que ele definiu como "um dos espetáculos mais constrangedores da cidade".

Sr. Presidente, esta a dolorosa realidade que não pode ser contestada, exigindo a adoção de medidas adequadas do Ministério da Saúde para sua modificação.

É o que esperamos do Ministro Almeida Machado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

O Governo de Rondônia, quando é chamado a explicar a existência de 900 pistoleiros, hoje, no Território, atuando impunemente, alega que para isso a polícia não se acha aparelhada, ou seja, não existem policiais para prender tantos pistoleiros.

Quando esse Governo é chamado a explicar a indiferença da polícia, face aos inúmeros assassinatos de colonos por pistoleiros a serviço de grileiros, justifica-se na posição do avestruz, dizendo que esses grileiros têm a seu favor o art. 502, do Código Civil.

Quando esse Governo é responsabilizado pela cobertura anti-social e oficial a grileiros, justifica-se dizendo que se tratam de "seringalistas que mantêm detenções de imóveis da União, às vezes até com 200.000 hectares, não explicando, entretanto, que se trata de terras devolutas da União, marginais às rodovias federais, objeto do Decreto-lei nº 1.164/71, que criou a faixa de 100 quilômetros ao lado das rodovias, como de interesse social para a Reforma Agrária. Alegando tratar-se de "seringalistas" na BR-364, deixa de amparar os colonos que chegam aos milhares em Rondônia, para dar cobertura aos "seringalistas" que nada mais fazem, hoje, do que grilar as terras da União, na região, pois há mais de dez anos os seringais estão desativados naquela região. O seringueiro mudou de profissão: ou é agricultor, liberto da escravidão branca do seringal, ou é garimpeiro, não lhe servindo nunca mais voltar ao regime de escravidão do seringal; quando muito é seringueiro autônomo, trabalhando por conta."

Para prevenir ou punir a criminalidade, não existe Polícia no Território, mas, para dar cobertura à ação dos grileiros ou perseguir os integrantes do MDB, a Polícia sempre se faz presente com eficiência, para esses casos existe polícia de sobra. Para perseguir aos que trabalham honestamente, não falta um Delegado de Polícia para estar sempre chamando-os à Delegacia. É interessante verificar esse contra-senso.

Serve de exemplo as perseguições aos Vereadores de Porto Velho; que, se bem não falam um discurso na Câmara, condenando barbaridades acontecidas no interior, praticadas pela Polícia, ou pelos grileiros, logo são chamados à Polícia, numa evidente coação e perseguição. O que se passa com o Vereador João Gonzaga, de Cacoal, basta para comprovar esta denúncia. A Polícia do Território não se acha mobilizada para combater a criminalidade e, aliás, em muitos casos tem sido causa delas.

A Polícia se acha mobilizada apenas para abafar e perseguir os integrantes do MDB. Para prender os eletores do MDB; para intimidá-los, humilhá-los, perseguí-los até ao desespero, não faltam policiais. Para forjar inquéritos falsos, caricatos, de encomenda, para arranjar depoimentos às custas de prisões, ameaças ou torturas, não faltam policiais. Existem policiais zelosos demais, para perseguir o MDB e não existe um policial sequer para enfrentar os 900 pistoleiros que agem no Território a serviço da grilagem. Para o Governo do Território, o grave ali é existir a atuação dos integrantes do MDB, contra os quais lança sua polícia. Grande número de criminosos soltos e atuando não constitui preocupação para o Governo do Território; prender pistoleiros é difícil e arriscado. Prender, ameaçar ou chamar à Polícia inimigos Vereadores ou eletores do MDB é fácil, pois se trata de gente ordeira. Leio o expediente de coação da Polícia de Porto Velho, contra o Vereador João Gonzaga chamando-o pela terceira vez à Delegacia, para humilhá-lo, bem assim o seu discurso na Câmara de Porto Velho, denunciando barbaridades em Cacoal, fatos esses que levamos ao conhecimento do Senhor Presidente da República, pedindo justiça para o povo de Rondônia, *verbis*:

"M.I. — TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Especial de Polícia

MANDATO DE INTIMAÇÃO

O 2º Ten. PM João Maria Sobral de Carvalho, Delegado Especial de Polícia, MANDA ao agente soldado PM Cádmo Hércules da Costa Batalha, que, em cumprimento ao presente, dirija-se à Rua Campos Sales (entre as ruas 7 de Setembro e Afonso Pena), antigo Diretório do MDB, e ali, intime o Senhor João Gonzaga, ou onde o mesmo for encontrado, a comparecer a esta Delegacia, no dia 9 do mês em curso, às 8:00 horas, a fim de prestar declarações no inquérito nº 787, o que se cumpre na forma da Lei. Eu, Evrocha, Escrivão o datilografiei.

Porto Velho, 7 de março de 1977. — João Maria Sobral de Carvalho, Delegado Especial de Polícia

Ciente. Em, 7 de março de 1977

João Gonzaga

O Intimado

OBJS: O não atendimento à presente intimação constitui *Crime de Desobediência*, sujeitando o faltoso às penas previstas no Art. 330 do C.P.B."

Denunciando as perseguições de que é vítima, o Vereador João Gonzaga proferiu na Câmara de Porto Velho, em 20 de maio de 1977, o discurso cuja leitura procedo, denunciando estes fatos da maior gravidade ao conhecimento do Senhor Presidente da República, *verbis*:

"Senhor Presidente, Senhores Vereadores, mais uma vez ocupo esta tribuna, para fazer as minhas queixas, referente ao que tem acontecido comigo e com o povo da Vila de Cacoal; primeiramente vou tocar sobre a Polícia do Território, pois não há para se entender, estou residindo há 4 anos neste Território, observando os acontecimentos e tenho estranhado, tanta miséria. Logo que cheguei a Cacoal, um certo elemento civil matou outro, tendo ido junto com o Tenente Paraguassu, então Delegado de Polícia. O referido Delegado tendo ido à casa do criminoso, trouxe um enorme punhal e um punhado de balas calibre 44, então o Delegado disse no ato: Como é que alguém disse que este elemento é de boa conduta? Mostrou o punhal a todos. Depois de 15 dias, a pobre viúva me reclamou que o Sr. Delegado juntamente com a Polícia estavam comendo galinhada na casa do referido criminoso; dessa época para cá tem morrido dezenas de pais de famílias naquela região e perguntamos: Aonde estão os criminosos? As vítimas sabemos, porém os criminosos não. A pouco tempo denunciamos os Goes, Juca

Marcolino, de um tiroteio que deram nos posseiros, e nem as armas de fogo deles recolheram. Eu estou sendo intimado pela Polícia, sendo taxado como grileiro de terras da União, sendo que só possuo um lote rural dado pelo INCRA e estou sendo acusado de vender terras da União; estão me processando na Polícia, dizendo que sou criminoso, sendo que ninguém poderá provar que vendi terras na região. Mas os que venderam terras urbanas em Cacoal, com estes não acontece nada, os que venderam, lotaram chácaras em grande quantidade, nunca foram intimados, como os Senhores: Clodoaldo que vende terra em grande quantidade e o INCRA lhe deu ainda o direito de grande área; em Cacoal o Delegado de Polícia está a disposição do Sr. Clodoaldo, Juca Marcolino e os Goes, para defendê-los; mas, os posseiros e os Parceleiros estão sempre perseguidos, sem direito a justiça. A Polícia prende, espanca, algema, processa como invasor, toma suas espingardas, sem direito de restituição, os quais têm sofrido tristemente, enquanto os jagunços têm carta branca. Não sabemos como fazer, em quem devemos confiar. No dia 19 do corrente fui atender uma intimação da Polícia nesta Capital. Chegando lá fiquei surpreendido com o Tenente Paraguassu, quando o mesmo me tratou como se eu fosse um criminoso, prometendo cadeia, fazendo pressão e fez questão de fixar, como se eu fosse criminoso. Não sou criminoso, subversivo. O referido tenente gritou-me como se fosse seu empregado; então lhe respondi que eu não era criminoso e que era um Vereador eleito e, que não poderia, sem culpa, ser processado. Então o mencionado Tenente gritou com alta voz: Você está pensando que aqui é a Câmara de Vereadores? Eu lhe meto no xadrez.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, até onde vai isto? Procuro o nosso Assessor Jurídico, que é um advogado, que entende de Direito: está certo? Será que é porque sou do MDB?

Fazemos um apelo ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Ministro Armando Falcão, pedindo justiça para este Território, pois, nesta terra não se tem segurança e que haja mais respeito à Autoridade Constituída.

Era o que tinha a dizer. — João Gonzaga, Vereador do MDB"

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo à palavra ao nobre Deputado Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (MDB — AC) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Encaminha-se para um final o mais recente capítulo do tumultuado episódio encenado pelo Governador do Estado do Acre, tendo como tema a Prefeitura Municipal de Rio Branco. Seu primeiro ato foi levado à cena logo após a posse do Professor Geraldo Mesquita, em março de 1975: a indicação do ex-Deputado Joaquim Macedo e, posteriormente, do Sr. Adauto Brito da Frotta, para a chefia do Executivo Municipal.

Em ambas as oportunidades, após analisar consciente e honestamente os nomes indicados, houve por bem a Assembléia Legislativa, no uso de seus deveres constitucionais, de recusar as respectivas mensagens. Basearam-se os dignos Deputados estaduais em critérios desapaixonados e que visavam, única e exclusivamente, a salvaguarda da comunidade e o seu progresso — sem embargo do reconhecimento dos méritos e das virtudes pessoais daqueles dois cidadãos.

À serena dignidade do Legislativo Estadual, contrapôs-se uma reação descabida e vívida, em ambas as ocasiões, chegando o então Presidente da ARENA acreana a acusar aquela Assembléia de praticar "artimanha política e enervante manobra", "deslizes" e "falta de sinceridade de propósitos". Para derrubar a altaneira dignidade dos Deputados estaduais, não se mediram palavras nem

atos: o Governador acreano veio, pessoalmente, pedir intervenção federal na Capital, numa confissão pública de sua incapacidade de resolver o problema.

Talvez seja mais correto dizer "desinteresse", pois S. Ex^o se furtou a qualquer nova tentativa de composição para indicar um nome digno de aprovação por parte da Assembléia; em resposta a um contato que então mantivemos, pessoal e diretamente, afirmou-me o Governador Geraldo Mesquita que havia entregue o assunto ao Ministério da Justiça. Optou, portanto, pela solução mais cômoda e menos edificante: entregou à execração pública e à condenação dos desinformados um corpo legislativo que faz a honra e a glória do Estado do Acre.

Conseguiu-se a intervenção almejada pela ARENA e pelo Governador do Acre. Foi nomeado para Interventor um dos recusados pela Assembléia, o Sr. Adauto Frota, no que pareceu ser a maior vitória dos adversários do Legislativo Estadual.

Mas, o tempo é implacável no desnudamento das mistificações. A História não admite por prazos muito longos as inverdades, injustiças cedo são corrigidas.

Não haveria de ser diferente a conclusão dos episódios que ora rememoro e que marcaram cerca de dois anos, desde a posse do interventor até sua exoneração.

Finalmente, fez-se justiça à posição dos Deputados estaduais do Acre — e isso foi reconhecido por todos os brasileiros, a exemplo do que diz o *Jornal do Brasil*, em sua edição de ontem, coluna "Informe JB".

"Há dois anos a Assembléia do Acre, de maioria do MDB, recusou-se a aprovar o nome do Sr. Adauto Brito da Frota para a Prefeitura de Rio Branco.

"Enfezou-se o Governador Geraldo Mesquita e conseguiu do Presidente Geisel a intervenção federal na cidade, com base no AI-5.

"Passou-se o tempo e brigaram os Srs. Frota e Mesquita. Daí, o Sr. Frota vai ser substituído."

E conclui a nota do "Informe JB":

"É o caso do AI-5, na sua infinita sabedoria, refletir se o MDB tinha ou não razão. Até mesmo porque o Governador Geraldo Mesquita, que vem administrando bem o Estado e salvando o que resta de uma gigantesca migração de saúvas, parece estar certo ao trocá-lo. Estava errado ao nomeá-lo."

Não consigo evitar um sentimento de tristeza sempre que encontro notícias do Acre nos grandes jornais, na melhor imprensa brasileira — pois são raros, para não dizer inéditos, aqueles que não se referem a problemas graves e situações de pobreza, de abandono, de esquecimento.

Acrescenta:

O Acre volta hoje às páginas, citado em *O Estado de S. Paulo*, sob o título "Governador Indica o Novo Interventor de Rio Branco";

"O Engenheiro Fernando Inácio dos Santos, de 28 anos, atual diretor-técnico da Companhia de Água e Saneamento do Acre, deverá ser o substituto do Interventor Adauto Brito da Frota, que renunciou ao cargo por divergências com o Governador Geraldo Mesquita."

Acrescenta o jornal a informação de que "o Governador, ao retornar amanhã à capital do Estado, fará remanejamentos e substituições no seu governo, para readjustar a equipe de trabalho e apressar determinadas soluções".

Informa, entretanto, o mesmo jornal, que "os remanejamentos que o Governador prometeu fazer teriam muito a ver com denúncias encaminhadas ao Palácio Rio Branco, sobre existência de corrupção em alguns órgãos do Estado", o que teria sido admitido pelo Vice-Governador Omar Sabino.

O momento, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, exige um seguro e firme desagravo aos dignos e patrióticos Deputados estaduais do

Acre. Está mais do que provado que, ao adotarem a posição, em março de 1975, de rejeitar os nomes propostos pelo Governador para a Prefeitura da Capital, agiram com total isenção e bom senso indiscutível — tanto que assim que o nome imposto contra a vontade dos representantes do povo acreano vem de ser estigmatizado agora pelo próprio Governador Geraldo Mesquita.

Espera-se, agora, mais serenidade e cautela no trato dos assuntos do superior interesse comunitário da Capital.

E aguarda-se, igualmente, uma palavra clara e objetiva sobre os rumores de corrupção no Governo Estadual que, segundo o insuspeito e venerável "Estadão", teria sido admitida pelo próprio Governador em exercício.

Estas as palavras que se impunham neste momento, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para fazer justiça aos dignos entre os dignos cidadãos acreanos: seus representantes na Assembléia Legislativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As autoridades do Ministério da Agricultura entenderam, antes de ser iniciado o plantio para esta safra de 77/78, que determinadas culturas deveriam ser incrementadas. Foi, por exemplo, o caso do algodão, que apresentava, de uns anos para cá, um acentuado declínio de produção.

Se considerarmos as estimativas feitas pelo Instituto de Economia Agrícola para os anos anteriores, veremos que o aumento de área de plantio previsto foi de 37%, o que ainda não é significativo se comparado com a produção obtida no ano agrícola de 71/72. Para ter uma idéia mais acertada sobre o que pode representar este aumento, basta lembrarmos que ele é ainda 51,5% inferior à área plantada em 1971/72.

Mas não se pode dizer que os cotonicultores não atenderam ao apelo oficial, mesmo que a área plantada não tenha sido a esperada. E parece que este receio a uma dedicação mais intensa voltada para a cultura tinha sólidos fundamentos.

A colheita do algodão já se encontra em sua fase final em São Paulo, mas os cotonicultores estão às voltas com dificuldades na comercialização do produto. Para tanto, basta vermos que enquanto na região de Campinas o preço está oscilando entre Cr\$ 75,00 e Cr\$ 100,00 a arroba de algodão em caroço, em Ribeirão Preto a cotação não ultrapassa Cr\$ 90,00 e os negócios estão paralisados. O preço mais alto está sendo obtido na região de Araçatuba, que também registra uma comercialização deficiente.

A Comissão Técnica de Algodão da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, decidiu apelar ao Governo no sentido de que seja encontrada uma saída para a comercialização da atual safra. O apelo será dirigido diretamente ao Presidente Geisel, pois, todos os escaldões oficiais, ligados ao problema, contactados, se mostraram incapazes de uma solução.

Os cotonicultores querem a adoção de medidas que possibilite a exportação de algodão em pluma, hoje um produto gravoso. Neste caso, uma das fórmulas estudadas, seria a isenção do ICM, possibilidade que já lhe teria sido negada pelas autoridades estaduais. Subsídio de 25% para aliviar a situação angustiante dos cotonicultores, seria a solução do momento.

Entendem os produtores que a exportação funcionaria como instrumento agilizador do mercado, possibilitando a colocação do algodão não absorvido pela indústria têxtil e obrigando esta última a se suprir de matéria-prima que necessita para cumprir suas programações.

Também, neste caso, os interesses de produtores entram em choque. Um dos problemas para o algodão não encontrar melhores preços é o tabelamento de sub-produtos de sua industrialização: farol e torta, óleo comestível e linter. Aliás, os técnicos governamentais,

sempre que se vêem na obrigação de tabelar produtos agrícolas, colaboram de uma forma ou de outra para dificultar as atividades dos produtores. Ainda não encontraram a fórmula ideal para conciliar esse duplo interesse, o que garantimos, jamais será encontrada através de tabelamentos.

Outro ponto divergente reclamado pelos cotonicultores, são as modificações que ocorreram na sistemática do EGF (Empréstimos do Governo Federal), que anteriormente mantinha prazos de liquidação de 180 a 120 dias e, a partir deste ano, foi alterada para cinco prestações, vencíveis em 90, 120, 150, 180 e 210 dias. Essa alteração obriga o produtor a antecipações financeiras que não condizem com suas atividades. O agricultor não pode se sujeitar a modalidades de financiamentos semelhantes àquelas usadas para o comércio e indústria, visto que se dedica a uma atividade com peculiaridades próprias.

Fazemos um apelo ao Ministro Alysson Paulinelli no sentido de que seja solucionada esta crise que envolve a cotonicultura brasileira. Nós o fazemos com a melhor das intenções, pois acreditamos que S. Ex^e se interessa sobremaneira pelas particularidades que dificultam o desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Uma das colunas mais movimentadas da imprensa brasileira, a partir deste ano, é a página "Acontecimentos", do *Jornal de Brasília*, sob a orientação do jornalista João Bosco Serra e Gurgel, que cobre, nas edições diárias, os fatos locais, nacionais e mundiais de maior realce, com bem cuidada ilustração, acompanhando a excelente apresentação gráfica daquele matutino.

Não se esperava outra coisa de um jornalista que, tendo colaborado nos mais importantes jornais do País, demonstrou, desde cedo, grande faro de repórter, além de um estilo vivo e claro de talentoso redator.

Ao inaugurar aquela coluna, João Bosco Serra vem acrescentar excelente cobertura à apresentação do nosso *Jornal de Brasília*, que se transforma num dos melhores jornais do País, atravessando fase invejável do seu desenvolvimento.

Bem informado, sério e atuante, J.B. Serra presta excelente serviço ao jornalismo brasiliense, levando o informe preciso ao leitor, notável, ademais, o critério seletivo do noticiário, atingindo a todos os setores e, assim, servindo a maior número de leitores.

Sua coluna tem-se transformado em leitura obrigatória de políticos, militares, economistas, administradores e de quantos freqüentam os acontecimentos sociais, empresários, professores e estudantes, que ali encontram, em tópicos curtos, a notícia desidratada, precisa, clara e verdadeira.

Mais de uma vez a pequena nota da coluna "Acontecimentos" se transforma em manchete do dia seguinte, enquanto, por vezes, J.B. Serra consegue revelar, ao leitor, o que há por trás da notícia publicada em outros jornais.

Com essa brilhante aquisição, o *Jornal de Brasília* conseguirá, de certo, manter o seu desempenho, como um dos melhores matutinos do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Inúmeras vezes ocupamos a tribuna da Câmara dos Deputados, solicitando providências do Governo do Estado do Rio no sentido

de terminar a terraplenagem e o alargamento da RJ — 121, no trecho que liga Sacra-Família, no Município Paulo de Frontin, até o Município Miguel Pereira.

Sr. Presidente, a RJ — 121 é uma estrada de grande importância para o Estado do Rio de Janeiro, pois faz a ligação mais curta da sede do Município de Miguel Pereira com a sede do Município de Vassouras, dando possibilidade de escoamento, também, do tráfego para o Município de Paulo de Frontin e demais municípios vizinhos àquele.

Sr. Presidente, inúmeras vezes ocupamos esta tribuna — repito, solicitando providências do Governo do Estado para prosseguimento daquela obra que estava paralisada. No dia de hoje, foi realizada concorrência para execução dessas obras de terraplenagem ou revestimento primário. São 13 quilômetros que irão ser objeto desta concorrência, ligando esse Distrito de Sacra-Família, no Município de Engenheiro Paulo de Frontin, ao Distrito de Governador Portela, no Município de Miguel Pereira. O valor total da obra é de 17 milhões de cruzeiros e sua execução será em 360 dias.

Agradecemos ao Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro as providências que está adotando, atendendo às nossas solicitações. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações. (Pausa.)

Através da Mensagem nº 66, de 1977-CN, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 11, de 1977-CN, que institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, e dá outras providências.

Para a leitura da matéria, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 57, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.545, de 15 de abril de 1977, que fixa o valor do soldo dos postos de Coronel PM da Polícia Militar e de Coronel BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Caixa Postal 1.203
Brasília DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00